



By @kakashi_copiador



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



Estratégia
Concursos



FALE COMIGO



@proftiagozanolla

BIO



@proftiagozanolla



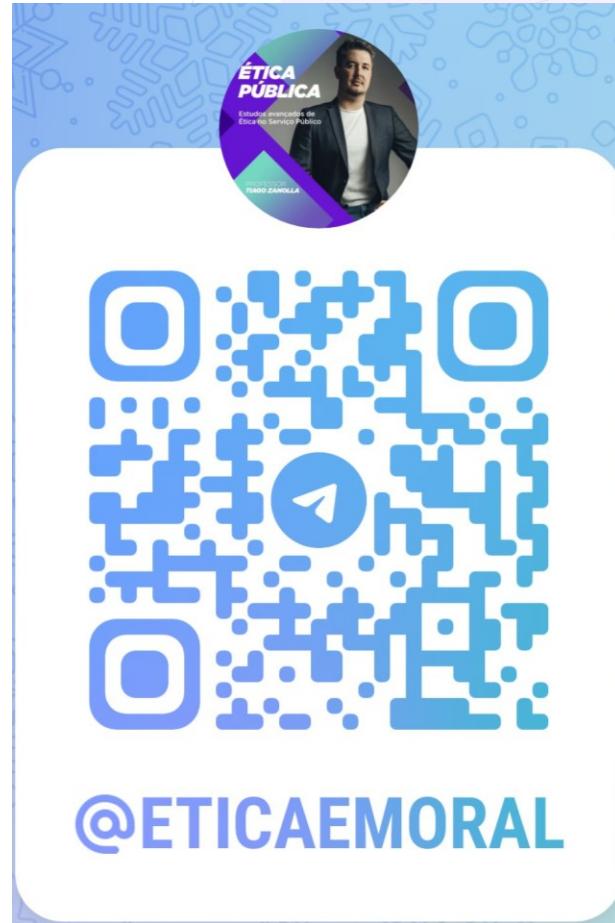
Prof. Tiago Zanolla



Prof. Tiago Zanolla



(45) 9 9106-0658





DECRETO N.º 1.171/1994

SEÇÃO II - DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Prof. Tiago Zanolla

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

DESEMPENHO

↳ CUMPRIR → A TEMPO (TEMPESTIVA) → FUNÇÃO / CARGO TITULAR

↳ ATUAR

- ← RAPIDEZ, PERFEIÇÃO e RENDIMENTO
- PRIORIZAR SITUAÇÕES PROCRASTINATÓRIAS
- CRITÉRIO, SEGURANÇA e RAPIDEZ

EVITAR → ATRASOS

Princípios durante Férias ou
qualquer tipo de AFASTAMENTO

→ SETOR que EXERCA
SUSAS ALIADAS

↓
EVITAR DANOS MORAIS

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Integridade

- ↳ Probó, Reto, Léal e Justo
 - ↳ demonstrar Integridade
- ⇒ O do direito do + da uma opção ⇒ A + vantajosa
p/ o BEM comum

Transparéncia

JAMAIIS RETARDAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS → Transparéncia da Gestão Pública

Qualidade

- ↳ TRATAR CUIDADOSAMENTE OS USUÁRIOS S.P.
- ↳ A PERFEIÇOANDO PROCESSO COMUNICAÇÃO

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Consciência Ética

↳ Servidor consciente seu trabalho
é regido por princ. éticos

↳ Materializa-se Adoquando Prestação dos Serviços

QUESTÕES

CESGRANRIO - 2014 - CEFET RJ) Um servidor público que prima pela correção no seu trabalho, sendo disciplinado e atencioso, é convidado a chefiar uma repartição pública composta por numerosos servidores que têm por objetivo principal o atendimento ao público, com o encaminhamento das questões aos órgãos competentes. Uma das preocupações desse servidor público está relacionada à excessiva quantidade de pessoas que permanece em pé, nas filas que se formam, pela manhã, na porta da repartição onde atua.

Procurando resolver tal problema, esse servidor está cumprindo um dos deveres fundamentais inscritos no Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal que consiste em:

QUESTÕES

- a) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- b) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- c) exerce suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações demoradas.
- d) ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- e) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2014 - CEFET RJ) De acordo com as regras deontológicas constantes do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de

- a) atitude individual sem ressonância coletiva
- b) desconforto momentâneo para o administrado
- c) desmoralização do serviço público
- d) reparação justa por parte do cidadão
- e) desinformação do servidor faltoso

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Relacionamento c/ Pùblico

- ① Tratar com cuidado, zelo e atenção
- ② Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção
- ③ Respeitar as limitações dos usuários
- ④ Sem preconceito → Abster de causar DANO MORAL

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Têm o direito de GREVE → terão EXIGÊNCIAS

defesa da Vida

SEGURANÇA Coletiva

HIERARQUIA → deve Respeitar

↳ Sem TEMOR representar contra comprometimento da estrutura estatal

ATO AMORAL, MÉTICO ou ILEGAL

↳ INDEVIDO

RESISTIR A PRESSÕES

SUPERIORES
CONTRATANTES
INTERESSADOS
OUTROS

→ VISEM
INDEVIDAMENTE

FAVORES
BENEFÍCIOS
VANTAGENS

em DESRESPEITO
DENUNCIAR

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

COMUNICAR IMEDIATAMENTE SEUS SUPERIORES

Todo Ato/Fato Contrário I.P.
EXIGIR PROVÉDURAS

ASSÍDUO E FREQUENTE

↳ CERTEZA que AUSÊNCIA

PROVOCAR DESRESPEITO AO TRABALHO ORGANIZADO
REFLETIR NEGATIVAMENTE TODO SISTEMA

LOCAL DE TRABALHO

↳ LIMPO

↳ ORGANIZADO → SEGUIR MÉTODOS TRADICIONAIS

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Participar Estudos / Movimentos → Melhorar das Funções → Bem Comum

Vestimentas → Adequadas ao Exercício Função

MANTER-SE ATUALIZADO → pertinente ao ÓRGÃO

FACILITAR FISCALIZAÇÃO ATOS / SERVIÇOS POR QUEM DO DTI

CUMPRIR →

- INSTRUÇÕES SUPERIORES
- do Acordo normas

Tanto quanto possível

CRITÉRIO
SEGURANÇA
RAPIDEZ

→ MANTENDO TUDO
EM ORDEM

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Exercício das Funções

- ↳ AS PRERROGATIAS c/ MODERAÇÃO
- ↳ Abster-se de fazê-las → CONTRARIAMENTE
 - int. USUÁRIOS
 - int. JURÍS. ADM

Abster-se de forma Absoluta

- ↳ EXERCER FUNÇÃO FINALIDADE ESTRUTURA SP
 - Poder
 - Autoridade
- ↳ MESMO OBSERVANDO FORMALIDADES LEGAL
- ↳ NÃO CONTRARIAR LEI

DOS PRINCIPAIS DEVERES DO SERVIDOR PÚBLICO

Divulgar + Informar

Todos integrantes da sua classe
a existência do Cod. Etico

Estimular integral compromisso

QUESTÕES

~~(CEBRASPE - 2024 - MMA)~~ O Código de Ética Profissional do Serviço Público utiliza conceito restrito de servidor público, aplicando-se apenas aos submetidos ao Regime Jurídico Único do Servidor Público.

~~(CEBRASPE - 2024 - CNPQ)~~ O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é inaplicável aos funcionários das entidades paraestatais.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) São deveres fundamentais do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, EXCETO

- a) ser probó, reto, leal e justo, sempre escolhendo a opção mais vantajosa para o bem comum.
- b) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- c) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos que visem a obter favores ou vantagens indevidas, mesmo quando parecerem mais vantajosas para o bem comum.
- d) utilizar o seu bom senso para comunicar a seus superiores os casos de condutas aéticas ou contrárias ao interesse público.
- e) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.

QUESTÕES

(CEBRASPE - 2024 - CNPQ) Constitui dever ético do servidor tratar cuidadosamente o usuário do serviço público e aperfeiçoar o processo de comunicação e o contato com o público.

QUESTÕES

CESGRANRIO - 2011 - FINEP) Maria, servidora pública civil do Poder Executivo Federal, está passando por sérias dificuldades financeiras desde que ficou viúva. Resolveu então fazer uma rifa, entre seus colegas de trabalho, de um laptop recebido como presente de aniversário. A conduta de Maria é

- a) correta, tendo em vista que a solidariedade entre colegas de trabalho deve ser estimulada.
- b) correta, uma vez que a 'rifa' é uma prática corriqueira.
- c) aceitável, desde que ela cumpra suas funções e não atrapalhe os demais colegas.
- d)ária, porque a rifa é um jogo de azar.
- e)áética, porque a finalidade de tal conduta é estranha ao interesse público.

QUESTÕES

(QUADRIX - 2021 - CRBM-4) Suponha-se que Mauro seja um servidor público. Nesse caso, é correto afirmar que, entre os deveres fundamentais que Mauro deverá observar, estão o de ser probo, reto, leal, justo e ético, escolhendo, sempre que possível, a opção mais vantajosa para o bem comum.

(QUADRIX – 2020 – CREFONO 14) A conduta ética do servidor público ~~não~~ pode ~~exclui~~ polar a escolha entre o bem e o mal, não se devendo levar em consideração o atendimento do interesse coletivo ou do bem comum no exercício da função pública.

QUESTÕES

(VUNESP - 2023 - CAMPREV-SP) São deveres fundamentais do servidor público:

A TEMPO

- X desempenhar, com formação profissional, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- b) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.
- c) retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- d) tratar ~~tempestivamente~~ os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- e) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se ~~financiam~~ na adequada prestação dos serviços públicos.

QUESTÕES

(CONSULPLAN - 2019 - MPE-PA) Acerca da prestação de contas, considerando o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, em sua Seção II, Dos Principais Deveres do Servidor Público, XIV – Deveres fundamentais do servidor público, a prestação de contas é uma condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo. Sobre a prestação de contas, o servidor deverá:

- a) Prestar contas entre 1 e 5 dias após o evento.
- b) Nunca retardar qualquer prestação de contas.
- c) Prestar contas entre 1 e 10 dias após o evento.
- d) Prestar contas em, no máximo, 15 dias após o evento.

QUESTÕES

(QUADRIX - 2021 - CORE-PR) Não se pode exigir que o servidor público seja cortês e cuidadoso no trato com os cidadãos, pois suas características pessoais são intrínsecas e desvinculadas da atividade pública.

(CEBRASPE - 2014 - TC-DF) Altair, chefe de uma repartição pública, alertou um dos funcionários de seu setor que suas vestimentas não eram adequadas para o ambiente de trabalho. Nessa situação, a conduta de Altair feriu a ética profissional dos servidores, uma vez que desrespeitou a intimidade de outro servidor.

QUESTÕES

(IBADE - 2022) São deveres fundamentais do servidor público:

- I – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa apenas para ele.
- II – retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- III – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- IV – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.

QUESTÕES

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) III e IV, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II, III e IV, apenas.

QUESTÕES

(OBJETIVA - 2023) São deveres fundamentais do servidor público, EXCETO:

- a) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- b) Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- c) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- d) Ser improbo, reto, leal e injusto, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

QUESTÕES

(CEBRASPE - 2023) Teresa, servidora pública civil do Poder Executivo federal, estava passando por sérias dificuldades financeiras. Incentivada por colegas de trabalho, ela resolveu vender, no seu local de trabalho, uma rifa para sorteio de uma cesta de produtos de beleza, tendo em vista que outros colegas de trabalho também vendiam produtos como cosméticos, perfumes, joias, nunca tendo sido advertidos. Nessa situação, a conduta de Teresa e dos outros colegas de trabalho é aética, porque apresenta finalidade estranha ao interesse público.

(CEBRASPE – 2018 - MPU) Não descumpe o dever de respeito à hierarquia o servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas.

QUESTÕES

(UFMA - 2023) De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa correta quanto aos principais deveres do servidor público:

- a) manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho, mesmo que, para isso, for necessária a utilização de métodos não convencionais
- b) desempenhar, a ~~qualquer~~ tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- c) retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- d) apresentar-se ao trabalho com vestimentas que se sentir à vontade para o exercício da função.
- e) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito.



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



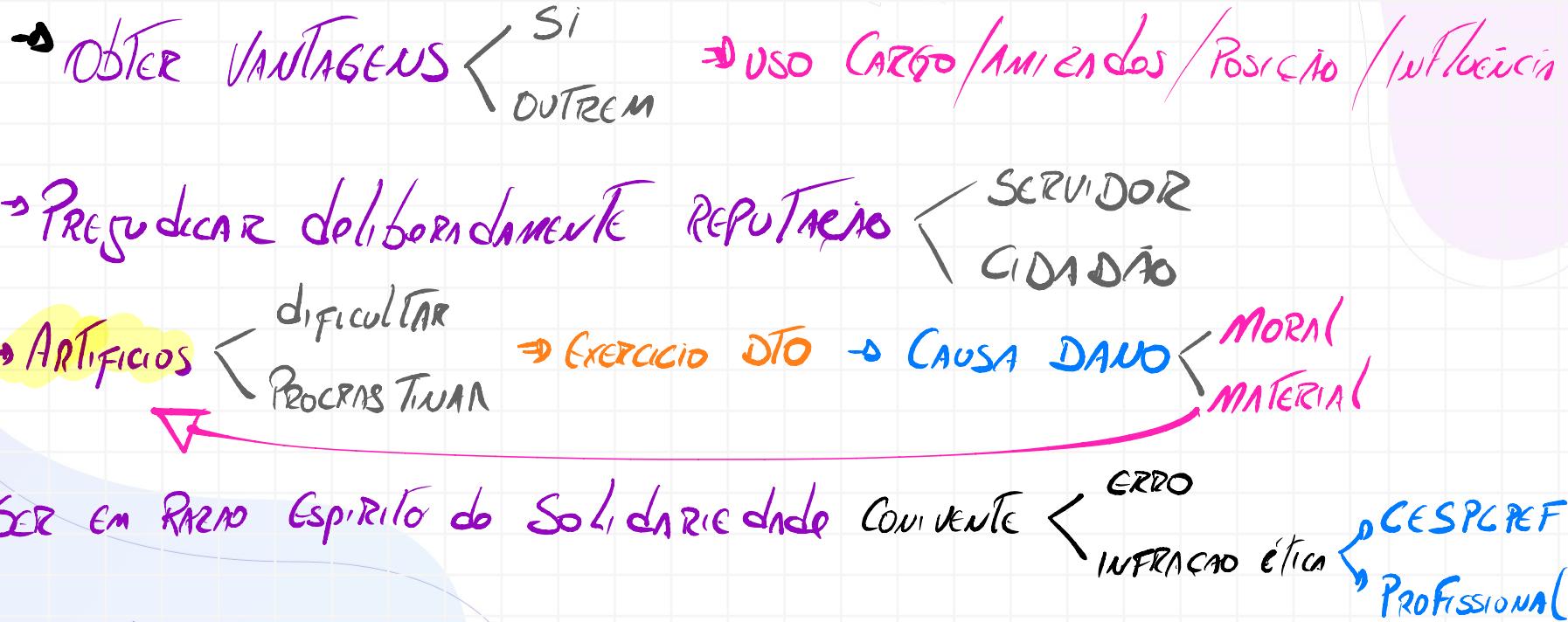
DECRETO N.º 1.171/1994

SEÇÃO III - DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Prof. Tiago Zanolla

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

USO INDEVIDO DO CARGO



DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Paxões/Interesses Pessoais → NÃO PODE INSERIR TRATO

Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos é vedado ao servidor público

COLEGAS /
JURÍS. ADM
Público

Uso INFO Privilegiadas → EM BENEFÍCIO

PRÓPRIO
PARENTES
AMIGOS
3º

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2011 - FINEP) Vitor, servidor público do alto escalão do Executivo Federal, é superior hierárquico de Joaquim, também servidor. Diversas vezes, Joaquim flagrou Vitor usando sua função para obter favorecimentos pessoais.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Joaquim deve

- a) denunciar seu chefe ao Conselho de Ética de seu respectivo órgão.
- b) denunciar seu chefe aos ~~órgãos judiciários competentes~~, visto que a Comissão de Ética de seu órgão não tem competência para punir servidores do alto escalão.
- c) denunciar ~~publicamente seu~~ chefe para garantir que não sofrerá represálias.
- d) respeitar a hierarquia funcional e ~~não comentar o ocorrido com ninguém~~, visto que as ações de seu chefe não tipificam nenhum crime.
- e) ~~solicitar transferência de órgão ou função para não ser conivente com as ações duvidosas de seu superior hierárquico.~~

QUESTÕES

(CEBRASPE – 2018 - IPHAN) Conforme o Decreto n.º 1.171/1994, é vedado ao servidor público civil do Poder Executivo federal atrapalhar ou impedir o exercício regular de direito por qualquer pessoa.

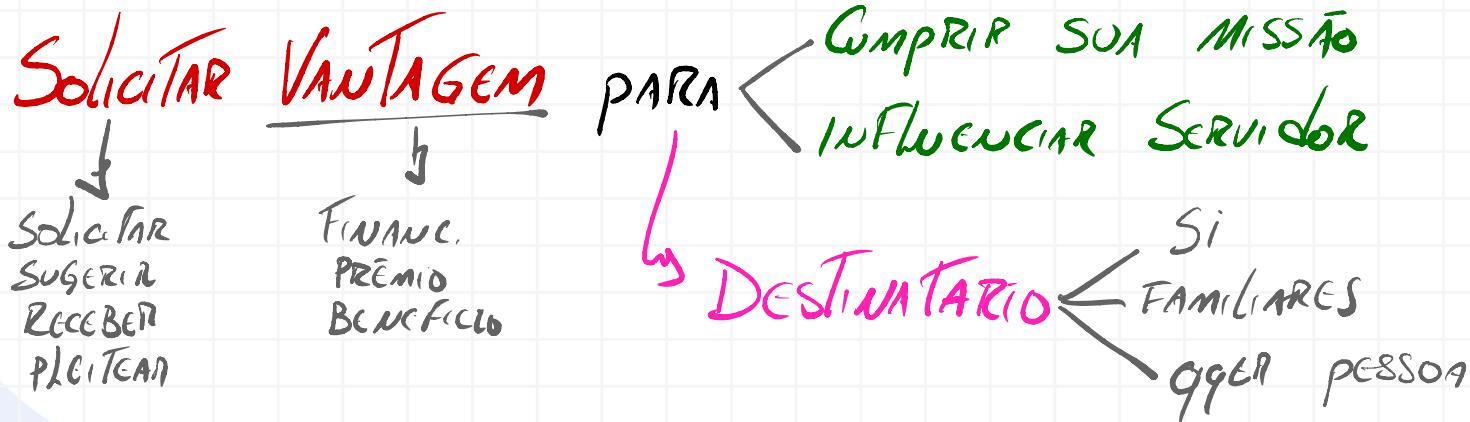
QUESTÕES

(CEBRASPE- 2015 - DEPEN) SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Lucas, servidor público, por não ter conseguido finalizar o trabalho durante o expediente, levou para casa livros e documentos relacionados a um processo sigiloso que estava analisando. A fim de comunicar o fato a seu superior, Lucas escreveu-lhe um bilhete informando o ocorrido. ASSERTIVA: Nessa situação, Lucas poderá sofrer penalidade administrativa ainda que sua intenção tenha sido a de terminar o trabalho em tempo hábil.

Boa

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

RETIRAR doc / material / livro / bens → SEM ESTAR LEGALMENTE AUTORIZADO



DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

- ALTERAR / DETURPAR doc.
- DESVIAR SERVIDOR p/ INTERESSE PARTICULAR
- EMBRIAGADO ← NO SERVICO
FORA DELE, HABITUALMENTE
- DAR A SEU CONCURSO A INSTITUICAO ALÉM DE →
 - MORA
 - HONESTIDADE
 - DIGNIDADE PESSOAL
- EXERCER PROFISSÃO NESTA
- LIGAR SEU NOME A EMPRESA CUSTO DUVOSO

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Deixar de utilizar avanços

- TECNICOS
- CIENTIFICOS

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DAS VEDAÇÕES AO SERVIDOR PÚBLICO

Decreto n.º 1.171/94
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2016 - TRPDACGN) As regras éticas adotadas no serviço público devem ser aplicadas no âmbito do trabalho e, em determinadas situações, fora dele, tendo em vista a repercussão que alguns atos têm no serviço desempenhado e na boa imagem da Administração Pública.

Como exemplo de ato que NÃO deve ser admitido fora de serviço, nos termos do Decreto nº 1171/1994, que estabelece o Código de Ética Profissional do Serviço Público, está a

- a) atuação descortês
- b) procrastinação de direitos
- c) embriaguez habitual
- d) conivência com erro
- e) ausência de utilização de avanços técnicos

QUESTÕES

(OBJETIVA - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, qual o comportamento CORRETO que o servidor deve ter em seu ambiente de trabalho?

- a) Utilizar-se do seu cargo para obter favorecimento para si ou para familiares.
- b) Realizar suas atividades de forma idônea e isenta para o bom andamento do serviço público.
- c) Utilizar artifícios com a finalidade de procrastinar a entrega do trabalho solicitado.
- d) Prejudicar a reputação de outros servidores, apenas porque não gosta deles.

QUESTÕES

(FUNDATEC - 2023) Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- É vedado ao servidor público prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores. *ADMITÉ TENTATIVA*
- Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos é vedado ao servidor público.
- Deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister é dever fundamental do servidor público.

QUESTÕES

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F.

 b) V – F – F.

- c) V – F – V.

- d) F – F – V.

- e) F – V – F.

QUESTÕES

(FUNDEP - 2023) De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, é vedado ao servidor público, exceto:

- a) Iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
- b) Apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- c) Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
- D****E****L****I****X****A****R**
d) Utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
- e) Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

QUESTÕES

(CESGRANRIO 2010 - IBGE) A respeito do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, analise as assertivas abaixo.

- I - É ~~dever~~ **VEDADO** do servidor retirar da repartição pública os documentos necessários ao cumprimento de suas funções, quando não puder finalizá-las no horário do expediente administrativo.
- II - É vedado ao servidor público alterar ou deturpar o teor de documentos que devam ser encaminhados para providências.
- III - A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se confunde com a vida particular de cada servidor público, pois os fatos e atos verificados na conduta privada do agente público não podem repercutir sobre o seu bom conceito na vida funcional.

QUESTÕES

É (São) correta(s) APENAS a(s) assertiva(s),

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2009 - MEC) Analise os itens que se seguem, relativos aos deveres fundamentais do servidor público.

-  I - Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
-  II - Omitir a verdade sobre fato para beneficiar o cidadão.
-  III - Ser eficiente no cumprimento de suas tarefas sem ter que estar regularmente presente ao local de trabalho.
-  IV - Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.

QUESTÕES

De acordo com o Decreto no 1.171/1994, correspondente ao Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, estão corretos APENAS os itens

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

QUESTÕES

(CESGRANRIO - 2008 - CEF) Considerando o padrão ético a ser observado pelo servidor público do Poder Executivo Federal, pode-se afirmar que a este:

- I - é vedado o uso de amizades para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem;
- II - compete facilitar a fiscalização de seus atos, por quem de direito;
- III - é vedado permitir que antipatias pessoais interfiram no trato com o público;
- IV - compete cumprir, sem questionamento, as instruções recebidas de seus superiores hierárquicos, ainda que, segundo seu julgamento, sejam estas contrárias às normas legais.

QUESTÕES

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



OBRIGADO

Prof. Tiago Zanolla



Estratégia
Concursos



DECRETO N.º 9.203/2017

**POLÍTICA DE GOVERNANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL**

Prof. Tiago Zanolla

DECRETO N. 9.203/2017

Decreto n.º 9.203/2017
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DECRETO N. 9.203/2017

Governança pública	Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para <u>avaliar, direcionar e monitorar a gestão</u> , com vistas à condução de <u>políticas públicas</u> e à prestação de serviços de interesse da sociedade
Valor público	<u>Produtos e resultados gerados, preservados ou entregues</u> pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e <u>modifiquem aspectos do conjunto da sociedade</u> ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos

DECRETO N. 9.203/2017

Alta administração	<p>Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente</p>
Gestão de riscos	<p>Processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.</p>

DECRETO N. 9.203/2017

(SELECON – 2023) Em âmbito nacional, o Decreto nº 9.203/2017 afirma que o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” chama-se governança:

- a) corporativa
- b) cooperativa
- c) pública
- d) social

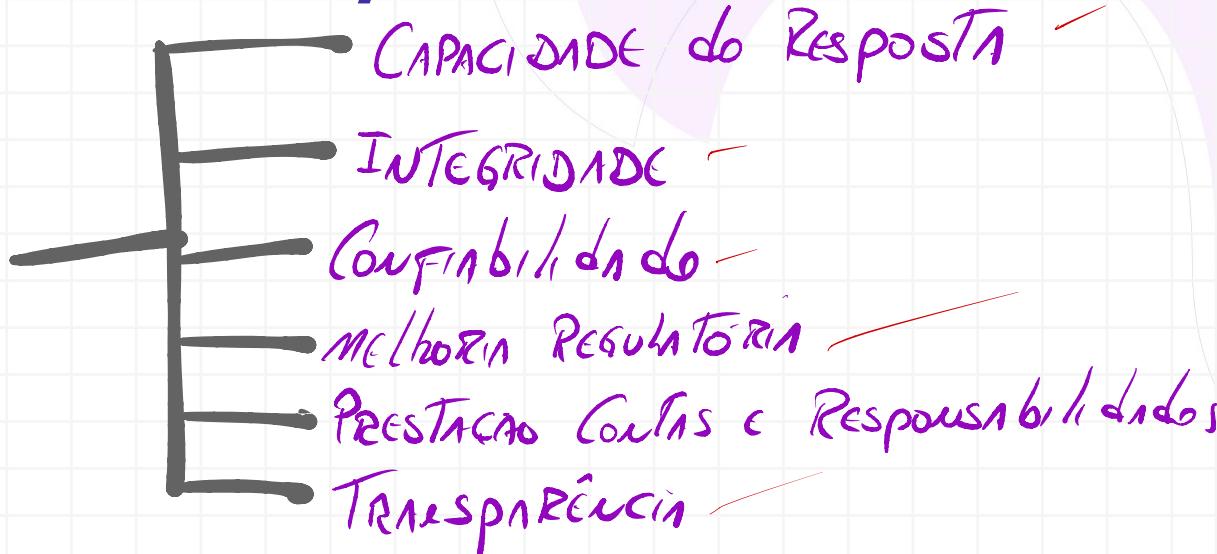
DECRETO N. 9.203/2017

O Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Entre os conceitos apresentados, o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade é denominado

- a) valor público.
- b) governança pública.
- c) alta administração.
- d) gestão de riscos.

DECRETO N. 9.203/2017

Princípios
Gov. Púb



DECRETO N. 9.203/2017

Decreto n.º 9.203/2017
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DECRETO N. 9.203/2017

São diretrizes da governança pública:

- direcionar **ações para a busca de resultados para a sociedade**, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;
- promover a **simplificação administrativa**, a **modernização da gestão pública** e a **integração dos serviços públicos**, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;
- **monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados** das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

DECRETO N. 9.203/2017

- articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;
- fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;
- implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;
- avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

DECRETO N. 9.203/2017

- manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;
- editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;
- definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e
- promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

QUESTÕES

(UFERSA – 2021) De acordo com o Decreto nº 9.203/2017, de 22 de novembro de 2013, marque a alternativa em que todos os itens são **princípios** da governança pública:

- a) Realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente; adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento das atividades e promoção à prevenção, à detecção e à investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.
- b) Capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas; responsabilidade e transparência.
- c) Integridade; competência; responsabilidade e motivação.
- d) Comprometimento e apoio da alta administração; existência de unidade responsável pela implementação no órgão; análise, avaliação e gestão de riscos associados ao tema da integridade; e monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

DECRETO N. 9.203/2017

MECANISMOS

↳ LIDERANÇA → Práticas < Infraestrutura humana e Composto financeiro

→ Cond. Min

- + INTEGRIDADE
- + Competência
- + RESPONSABILIDADE
- + MOTIVAÇÃO

↳ ESTRATEGIA

- Directrizes
- Objetivos
- Planos
- Ações

+ Critérios de Priorização

↳ CONTROLE

Processos Estruturados

Mitiga Possíveis Riscos

↳ Legalizando e Economizando

Cabe a Alta Adm

IMPLEMENTAR + MANTER

↳ Acompanhar Resultados

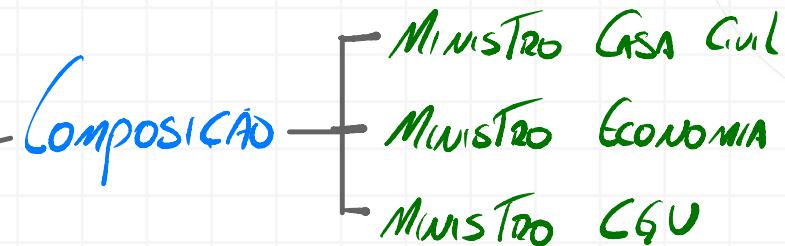
↳ Melhorar Desempenho

↳ Promover PROC DECISÓRIO

↳ EVIDÊNCIAS

DECRETO N. 9.203/2017

C16



PR → Coordenador

SUBSTITUIÇÃO
↳ SEC. EXECUTIVO

Finalidade → ASSESSORAR PR

REUNIÕES → Convocadas Coordenador

CONVIDADOS → Sem direito VOTO

DECRETO N. 9.203/2017

REUNIÕES CIG

ORDINÁRIAS	TRIMESTRAIS
EXTRAORDINÁRIAS	SEMPRE Q NECESSÁRIO
QUÓRUM	MAIORIA SIMPLES
DELIBERAÇÕES	MAIORIA ABSOLUTA
COORDENADOR	VOTO ORDINÁRIO + QUALIF.

DECRETO N. 9.203/2017

Art. 9º-A. Ao CIG compete:

- I - propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública estabelecidos neste Decreto;
- II - aprovar manuais e guias com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública estabelecidos neste Decreto;
- III - aprovar recomendações aos colegiados temáticos para garantir a coerência e a coordenação dos programas e das políticas de governança específicos;
- IV - incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

DECRETO N. 9.203/2017

V - editar as resoluções necessárias ao exercício de suas competências;

§ 1º Os manuais e os guias a que se refere o inciso II do **caput** deverão:

I - conter recomendações que possam ser implementadas nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional definidos na resolução que os aprovar;

II - ser observados pelos comitês internos de governança, a que se refere o art. 15-A.

§ 2º O colegiado temático, para fins do disposto neste Decreto, é a comissão, o comitê, o grupo de trabalho ou outra forma de colegiado interministerial instituído com o objetivo de implementar, promover ou executar políticas ou programas de governança relativos a temas específicos.

DECRETO N. 9.203/2017

Sec. Executiva → Exercida Casa Civil

Participação no CIG → Não Remunerada → Trabalho Relacionado

DECRETO N. 9.203/2017

Decreto n.º 9.203/2017
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

QUESTÕES

(UFRJ – 2023) Sobre o Comitê Interministerial de Governança – CIG – previsto no Decreto nº 9.203/2017, é correto afirmar que

- a) as reuniões acontecem, em caráter ordinário, bimestralmente, e em caráter extraordinário, sempre que for necessário.
- b) a coordenação será exercida pelo Ministro da Controladoria Geral da União, que possui voto de qualidade em caso de empate, além do voto ordinário.
- c) os representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal poderão ser convidados a participar de reuniões do Comitê, com direito a voto.
- d) o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o Ministro da Economia e o Ministro da Controladoria-Geral da União são membros titulares.
- e) o Presidente, Governadores, Prefeitos e Vereadores, na condução da política de governança e economia na administração pública, são assessorados pelo CIG.

DECRETO N. 9.203/2017

Compete à Secretaria-Executiva do CIG:

- I - receber, instruir e encaminhar aos membros do CIG as propostas recebidas na forma estabelecida no **caput** do art. 10-A e no inciso II do **caput** do art. 13-A;
- II - encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros do CIG;
- III - comunicar aos membros do CIG a data e a hora das reuniões ordinárias ou a convocação para as reuniões extraordinárias;
- IV - comunicar aos membros do CIG a forma de realização da reunião, que poderá ser por meio eletrônico ou presencial, e o local, quando se tratar de reuniões presenciais; e
- V - disponibilizar as atas e as resoluções do CIG em sítio eletrônico ou, quando o seu conteúdo for classificado como confidencial, encaminhá-las aos membros.

DECRETO N. 9.203/2017

Decreto n.º 9.203/2017
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DECRETO N. 9.203/2017

Art. 13-A. Compete aos órgãos e às entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - executar a política de governança pública, de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes definidos neste Decreto e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções do CIG; e

II - encaminhar ao CIG propostas relacionadas às competências previstas no art. 9º-A, com a justificativa da proposição e da minuta da resolução pertinente, se for o caso.

DECRETO N. 9.203/2017

Decreto n.º 9.203/2017
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DECRETO N. 9.203/2017

Art. 15-A. São competências dos comitês internos de governança, instituídos pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos neste Decreto;

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão ou na entidade, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

DECRETO N. 9.203/2017

III - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo CIG em seus manuais e em suas resoluções; e

IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

Art. 16. Os comitês internos de governança publicarão suas atas e suas resoluções em sítio eletrônico, ressalvado o conteúdo sujeito a sigilo.

DECRETO N. 9.203/2017

DECRETO N. 9.203/2017

Art. 18 A auditoria interna governamental deverá adicionar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos, mediante a abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança, **por meio da:**

I - realização de trabalhos de avaliação e consultoria de forma independente, segundo os padrões de auditoria e ética profissional reconhecidos internacionalmente;

II - adoção de abordagem baseada em risco para o planejamento de suas atividades e para a definição do escopo, da natureza, da época e da extensão dos procedimentos de auditoria; e

III - promoção à prevenção, à detecção e à investigação de fraudes praticadas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

DECRETO N.º 9.203/2017

PROGRAMA INTEGRADO

↳ Ações Integradas

- ↳ PREVENÇÃO
- ↳ DETECÇÃO
- ↳ PUNIÇÃO
- ↳ REMEDIAMENTO

⇒ FRAUDOS / CORRUPÇÃO

MÉTODOS

- [-] Comp/Apoio Alt/Adm
- [-] UNIDADE no ÓRGÃO
- [-] TEMA INTEGRADO + AÇÕES
- [-] MONITORAMENTO CONTÍNUO

⇒ Cabe à CGU
ESTABELECER REGRAS

DECRETO N. 9.203/2017

Decreto n.º 9.203/2017
Eng. Tiago Zanolla

https://t.me/kakashi_copiador

DECRETO N. 9.203/2017

(UFRJ – 2023) O Decreto nº 9.203/17, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, dispõe que são princípios expressos da governança pública a

 integridade.

- b) motivação.
- c) legalidade.
- d) integralidade.
- e) regulamentação.



FALE COMIGO



@proftiagozanolla



@proftiagozanolla



Prof. Tiago Zanolla



Prof. Tiago Zanolla



(45) 9 9106-0658